

Estratégias de promoção de estilo de vida saudável na educação infantil: reflexões sobre aspectos nutricionais e contexto social

Strategies for promoting a healthy lifestyle in early childhood education: reflections on nutritional aspects and social context

Estrategias para promover un estilo de vida saludable en la educación infantil: reflexiones sobre aspectos nutricionales y contexto social

Thacia Ramos Varnier¹ , Ivan Marcelo Gomes¹ 

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Autor correspondente:

Ivan Marcelo Gomes

Email: ivanmgomes@hotmail.com

Como citar: Varnier, T. R., & Gomes, I. M. (2024). Estratégias de promoção de estilo de vida saudável na educação infantil: reflexões sobre aspectos nutricionais e contexto social. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 17(36), e21092. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v17i36.21092>

RESUMO

Nos últimos anos, novas questões relacionadas a uma vida saudável adentraram o âmbito escolar e a saúde passa a se reconfigurar como um tema importante nas ações educacionais. Este artigo tem como objetivo compreender sobre as estratégias de promoção de estilo de vida saudável de Centros Municipais de Educação Infantil da rede pública de ensino de Serra/ES dialogando com as estratégias nutricionais escolar e o contexto social da comunidade assistida. Os instrumentos de pesquisa foram a observação participante, entrevistas semiestruturadas e o experimento da técnica de Narrativas de Mapas Corporais. Concluimos que as estratégias de promoção de estilo de vida saudável no contexto escolar infantil, sobretudo alimentares, nem sempre se alinham aos anseios das comunidades, sobretudo, mais vulneráveis.

Palavras-chave: Estilo de vida saudável. Alimentação. Escola.

ABSTRACT

In recent years, issues related to a healthy life have entered the school environment and health has become an important topic in educational actions. This article aims to understand the strategies for promoting a healthy lifestyle in Municipal Early Childhood Education Centers in the public education network of Serra/ES, dialoguing with school nutritional strategies and the social context of the assisted community. The research instruments were participant observation, semi-structured interviews and the experiment with the Body Map Narratives technique. We conclude that

strategies for promoting a healthy lifestyle in the children's school context, especially food, do not always align with the desires of the most vulnerable communities.

Keywords: Healthy lifestyle. Food. School.

RESUMEN

En los últimos años, nuevos temas relacionados con la vida saludable han ingresado al ámbito escolar y la salud ha comenzado a reconfigurarse como un tema importante en las acciones educativas. Este artículo tiene como objetivo comprender las estrategias de promoción de un estilo de vida saludable en los Centros Municipales de Educación Infantil de la red de educación pública de Serra/ES, dialogando con las estrategias nutricionales escolares y el contexto social de la comunidad atendida. Los instrumentos de investigación fueron la observación participante, la entrevista semiestructurada y el experimento con la técnica Narrativas del Mapa Corporal. Concluimos que las estrategias para promover un estilo de vida saludable en el contexto escolar de los niños, especialmente la alimentación, no siempre se alinean con los deseos de las comunidades más vulnerables.

Palabras clave: Estilo de vida saludable. Alimentación. Escuela.

INTRODUÇÃO

Segundo Buss (2001), nas últimas décadas, ações e políticas em saúde ganharam maior potencial nas ações voltadas à infância e adolescência, principalmente, na escola, pois compreendem que esses são períodos do desenvolvimento humano nos quais se estabelecem o comportamento, caráter, personalidade e estilo de vida, e que o ambiente em que o jovem está inserido é um dos principais fatores influenciadores de comportamento.

Segundo Paim (1998), tais medidas educacionais podem ser adotadas em diferentes organizações e instituições, por diversos agentes dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como “setor saúde”. Investimentos em ações, programas e discursos de promoção de saúde, no contexto escolar, como o programa Saúde na Escola, ações de intervenção entre secretaria de Saúde e Educação, com palestras explicativas com temáticas, visitas de dentistas, nutricionistas, dentre outros, são algumas estratégias educativas encontradas, nos quais tais investimentos também têm como um de seus propósitos minimizar riscos sociais. Dessa forma, a relação entre Saúde e Escola, passa a ganhar contornos atrelados a ações voltadas para a promoção de saúde e adesão de um estilo de vida saudável.

Em se tratando do diálogo das práticas educativas no contexto escolar, mais precisamente, com interface com a Educação Infantil, pesquisas no campo da Educação aproximaram sobre essa temática nos últimos anos (Vieira; Gonçalves & Martins, 2016; Fernandes & Domingues, 2017; Moncao, 2017, Richter & Vaz, 2010). Contudo, no que se refere ao diálogo desses estudos com a temática sobre a promoção de estilo de vida saudável, ainda não foi possível encontramos avanços nessa direção cuja temática dialogue com o campo da Saúde Coletiva.

Partindo de tal constatação, este artigo tem como objetivo compreender sobre as estratégias de promoção de estilo de vida saudável de Centros Municipais de Educação Infantil da rede pública de ensino de Serra/ES, sobretudo, dialogando com as estratégias nutricionais escolares e o contexto social da comunidade assistida¹.

Diante do exposto, como uma forma de organização textual, a apresentação e discussão deste artigo, foi dividida em tópicos que, juntos, contribuirão para a compreensão do enredo aqui proposto. Assim, esses tópicos estão disponibilizados na seguinte estrutura: (I) metodologia, em que apresentamos o percurso metodológico; (II) Estratégias de promoção de estilo de vida saudável

¹ Este artigo é recorte de uma pesquisa de doutorado cujo enfoque foi compreender as concepções de saúde e os discursos de estilo de vida saudável na Educação Infantil.

na educação infantil: reflexões sobre aspectos nutricionais e contexto social e (III) Estratégias de promoção de estilo de vida saudável na educação infantil: um olhar no cotidiano de intervenção, em que fazemos um percurso em nossas análises, evidenciando os laços estreitos dos discursos de estilo de vida saudável, em especial, os aspectos nutricionais com o contexto social investigado; e por último, (IV) conclusão.

METODOLOGIA

Para a construção desta pesquisa foi necessário o nosso mergulho no cotidiano da escola, com o intento de nos aproximarmos da realidade dos sujeitos que compõem esse cenário. Nesse sentido, compreendemos necessário observar os comportamentos e os discursos dos sujeitos envolvidos, visto que consideramos tais elementos permeados por desejos, ideologias e crenças. De acordo com Macedo (2000), a observação direta de características qualitativas é necessária para alcançar o mais próximo possível da perspectiva do sujeito sobre os significados atribuídos à realidade, suas ações e visão do mundo. Para isso nos debruçamos em dois Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) do Município de Serra/ ES: Cmei Amarelo e Cmei Azul. Vale lembrar que em consonância com o comitê de ética da UFES, os nomes originais das instituições públicas municipais de Educação Infantil e dos sujeitos participantes da pesquisa foram resguardados. Nesse sentido, os nomes citados, respectivamente, são fictícios.

Essa pesquisa contou com a participação de 26 sujeitos, entre docentes, diretores, professores em assessoramento pedagógico e representantes familiares. Para a captação dos dados, além da observação participante, utilizamos também de entrevistas semiestruturadas e o experimento com o Método de Narrativas de Mapas Corporais (Gastaldo, et. al., 2012). Em relação a estratégia de observação participante, esta já vem sendo realizada em virtude da nossa pesquisadora atuar também, nas instituições assistidas, como professora de Educação Física na rede de ensino municipal público de Serra-ES. No que se refere as estratégias de intervenção no campo de investigação, como entrevistas semi-estruturadas e o experimento de Técnicas de Mapas Corporais, essas estratégias metodológicas ocorreram a partir de abril de 2023. Ambas as estratégias foram realizadas em espaços específicos dos Cmeis e programadas, previamente, com as instituições de ensino infantil assistidas.

Para a análise das informações, utilizamos a abordagem de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), em que decompomos o material transcrito em temáticas, a fim de sistematizar o nosso estudo. Além das orientações de Bardin (2011), nos orientamos em Minayo (2010) no que se refere à análise temática para investigações qualitativas em saúde. Como estratégia de análise, algumas categorias temáticas foram criadas para auxiliar em nossa investigação: Concepções de Saúde, Cuidado com o corpo e Alimentação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estratégias de promoção de estilo de vida saudável na educação infantil: reflexões sobre aspectos nutricionais e contexto social

De acordo com Pessoto e. al. (2015), a partir da década de 1980, com a abertura política e a redemocratização do país, no período pós ditadura militar, marcou o anseio da população pela participação comunitária e pela capacidade do Estado em atender as necessidades de seus cidadãos. Foi um movimento que mobilizou inúmeras entidades de classe, instituições públicas e privadas e associações de moradores que uniram forças para que suas críticas e reivindicações se transformassem em diretrizes políticas. Com a emergência da Constituição do Brasil de 1988, foram enraizados também direitos para a garantia de sujeitos cidadãos, dentre eles, os direitos da Infância. No que tange aos direitos sociais brasileiros, na Constituição Federal de 1988, capítulo II, o art.6º enfatiza:

São direitos sociais a **educação**, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015) (Brasil, 2019, p.23, grifo nosso).

A partir das letras citadas na Constituição de 1988, podemos perceber que além da legitimidade de ações públicas nos setores da Educação e Saúde, o olhar sobre a infância passa a ganhar evidência como uma etapa da vida que possui direitos, no qual recobre os cuidados desde a sua concepção (proteção a maternidade), acompanhando até o seu desenvolvimento ao longo do período infantil.

Em conformidade com Mendonça (2002), os processos de modernização e democratização vivenciados no Brasil, nas décadas finais do século XX, contribuíram para reordenar a política de assistência e seguridade social para o conjunto da população, estabelecendo novos critérios para a intervenção pública. No que se refere a assistência pública, incorporou-se a redefinição da infância e da adolescência como processos sociais de desenvolvimento humano, contemplando esses segmentos uma dimensão de prioridade à proteção social.

Em uma sociedade brasileira urbanamente crescente, crescem também as desigualdades e diferenças sociais. Nesse sentido, as políticas sociais passam a assumir o papel de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, emergente no final do século XX, e a necessidade de intervenções sociais. Programas e políticas públicas, ganham fôlego nas ações governamentais. Dessa forma, investir na formação social, tem o interesse em buscar, na intervenção comportamental da população, a integração da sociedade.

Documentos oriundos, posteriormente a Constituição de 1988, emergem no cenário brasileiro, a fim de garantir esse a infância e a adolescência a sua legitimidade nas políticas sociais. Dentre eles podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como um marco da legalização da infância como etapa importante nesse processo formativo social. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consolida o poder público para com a educação básica brasileira, no qual propôs um conjunto comum de diretrizes para nortear os currículos das escolas brasileiras. Conforme Cooper & Sayd (2006), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 1996, reforçou a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupôs a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos exigidos. Nesse contexto, são criados também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), reafirmando o princípio da base curricular nacional comum, de acordo com o artigo da Constituição Federal brasileira².

Ao longo dos anos, emergem outros documentos mandatórios importantes no cenário educacional brasileiro como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular. Contudo, destacamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como o documento que “inaugura”, ações e diretrizes no cotidiano escolar, que versam sobre a orientação comportamental dos estudantes, dentre elas, a conduta alimentar.

No que se refere ao PCNs, as diretrizes se alinham a orientações de condutas comportamentais dos estudantes com a introdução de conhecimentos sobre o funcionamento do corpo humano visando a formação de sujeitos do processo saúde/doença; a higiene corporal é tratada como condição para a vida saudável; a **alimentação** adequada para o crescimento e

² Uma equipe constituída por professores de escolas (e não de universidades), responsabilizou-se pela elaboração dos PCNs. Vale destacar que os docentes participantes dessa equipe eram, fundamentalmente, professores ligados à Escola da Vila, instituição privada, situada em São Paulo, cujo cenário de interesse se aproximava a visões neoliberais de educação (Cooper & Sayd, 2006).

desenvolvimento, promoção e na recuperação da saúde. Além disso, o documento aborda a alimentação inadequada na necessidade de se adotar um cardápio equilibrado e compatível com as possibilidades oferecidas pelas particularidades de cada realidade no sentido de prevenir a desnutrição e as anemias. Em nossas análises, podemos destacar que o PCNs marca o primeiro contato registrado da associação do discurso de hábitos saudáveis e promoção da saúde com as práticas pedagógicas observadas em nosso campo de pesquisa.

Estratégias de promoção de estilo de vida saudável na educação infantil: um olhar no cotidiano de intervenção

No que se refere ao nosso objeto de investigação cujo cenário está relacionado os Centros Municipais de Educação Infantil de Serra/ES, foi possível perceber que os discursos de cuidado com o corpo e em saúde se apresentam no cotidiano das práticas educativas infantis relacionados às condutas de promoção de estilo de vida saudável, sobretudo, vinculados a alimentação saudável.

A conduta alimentar da escola é elaborada e supervisionada por uma equipe técnica e responsável pela alimentação escolar do Município da Serra, no qual é pensada e gerida pela Gerência de alimentação escolar da PMS, somado a uma equipe terceirizada, composta por nutricionistas que supervisionam as escolas e orientam as condutas das auxiliares de cozinhas (merendeiras) para a execução desse cardápio.

Segundo o documento acessado, emitido pela gerência de alimentação escolar do município, referente ao edital Pregão eletrônico nº 305/2021, no qual remete a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Supervisão, Preparo e distribuição de Alimentação Escolar e Desenvolvimento de Ações de Educação Nutricional³, a Secretaria Municipal de Educação do Município da Serra, por meio do Programa de Alimentação Escolar, atende aproximadamente 71.000 mil alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil, nas Unidades de Ensino Fundamental e Entidades Filantrópicas conveniadas. O preparo das refeições ocorre diretamente em cada Unidade de Ensino e o atendimento a estes alunos acontece durante os 200 dias letivos anuais, sendo duas refeições diárias para o Ensino Fundamental e Educação Infantil e até cinco refeições diárias para as unidades de tempo integral, totalizando de aproximadamente 89.000 refeições por dia.

De acordo com a fonte acessada, a elaboração e organização alimentar para as crianças escolares, tem como base no que prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, que tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais diárias.

Sobre a organização dos alimentos a serem oferecidos as crianças foi possível perceber no cotidiano escolar, a recusa no cardápio alimentar, em torno da oferta do açúcar. Sobre essa questão, há uma diferenciação do cardápio da Educação Infantil para as demais etapas do ensino básico municipal. Nos relatos recebidos, podemos entender melhor sobre esta alteração:

Existe uma lei federal agora, né? Que é açúcar zero. De criança de zero a três anos. É Federal. Por isso que a gente tem que respeitar. Até na reunião de diretores que a gente estava... Foi questionado isso. Porque a lei federal é até três anos. E por que o CMEI não está recebendo açúcar... Pro grupo 4 e o grupo 5, entendeu? E a gente questionou isso. Que eles deveriam mandar o açúcar sim pro grupo 4 e o grupo 5. Coisa que não estava acontecendo. Por isso você

³ Este foi o único documento disponibilizado pela Gerência de Alimentação Escolar do Município da Serra, para que pudéssemos obter mais informações sobre a organização alimentar das escolas do Município.

vê que estava sem açúcar. E a gente não pode fazer nada que é uma lei federal. E aí o município se adequou (Açafrão, Cmei Azul, Entrevista).

Como nos relatos apresentados, essa alteração do açúcar, no cardápio alimentar da Educação Infantil no município da Serra se refere a Lei Federal Resolução Nº 06, de 08 de maio de 2020, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

De acordo com a Resolução em destaque, esta alteração alimentar segue em consonância com o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da promoção de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Segundo as linhas dessa resolução, [...] “É proibida a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade, conforme orientações do FNDE” (Brasil, 2020, p. 3).

Apesar da alteração alimentar para a oferta do açúcar para crianças de até 3 anos, na prática podemos perceber que todos os grupos etários das escolas assistidas foram afetados, não ofertando o açúcar também para crianças dos grupos 4 e 5 anos. Embora houvesse atribuições positivas sobre o cardápio alimentar para crianças do Cmei, no qual apresenta refeições que se alinham a uma alimentação saudável com frutas, verduras, saladas e zero açúcar; muitos pontos também foram contestados pelos sujeitos participantes no que se refere a oferta alimentar para estas crianças. Esse diagnóstico foi reforçado nas entrevistas onde fomos recebidos com uma enxurrada de considerações que contestavam esse modelo alimentar para as crianças dos Cmeis acompanhados.

Em alusão a menção da alteração do açúcar do cardápio, foi possível perceber no cotidiano escolar o descontentamento dos professores ao comentarem a rejeição das crianças em relação a sucos, bolos e vitaminas que não possuíam açúcar e que eram adoçados com a junção de outros alimentos, como ameixas ou maçãs. O relato a seguir apresenta a contestação de uma de nossas participantes:

E eu acho que está bem organizadinho [o cardápio], tende a melhorar, a gente está cada dia mais brigando, há uma lei federal, que aí eu acho que vale a pena a gente pensar, que aponta que a criança de 0 a 3 anos, ela não pode ter contato com o açúcar, só que a gente entende os benefícios de não ter o açúcar, mas a gente também entende que há uma discrepância social, uma vez que a gente não oferta a criança. Se não foi preparado em casa, não tem o hábito de se alimentar sem o açúcar, ela não vai gostar, ela não vai ter o paladar apurado para apreciar esse alimento sem o açúcar, e acaba que a gente está tendo pena, desperdício. Então, isso é uma discussão que a gente tem o desejo de apontar, e eu espero que a gente tenha a oportunidade de conversar com a equipe de alimentação, a gente já apontou para a equipe de educação infantil, para que a gente tenha esse discurso em um âmbito maior, do município e também da sociedade, porque a lei é federal, mas até que ponto vale a pena a gente bater o pé num 100%, vale fazer um meio tempo, só diminuir um pouco, mas a ruptura total a gente tem visto na prática que não vai ser legal. Eu acho que tem que ter uma campanha também com as famílias para explicar essa legislação, eu acho que tem que ser algo maior, não só aqui, está vendo? Tem que ser política e social (Urucum, Cmei azul, Entrevista).

Percebemos que o açúcar levantou a discussão sobre a adesão de uma alimentação saudável dentro das escolas ao pensar em um contexto cuja realidade é, sobretudo, mais vulnerável e a adoção de hábitos alimentares, principalmente sem açúcar, muitas vezes, não faz parte da cultura local.

Segundo Seixas & Birman (2012), o corpo, na sociedade contemporânea, vem se constituindo como lócus que consolida os dispositivos de poder que visam o controle e à

normalização da vida. Técnicas amparadas pelo conhecimento científico são apropriadas para que este corpo seja mais eficiente e saudável. Nesse bojo de ações de controle e orientações sobre o corpo, os estudos dos alimentos entram em vigor: açúcar, pão e massas, que antes eram consumidos sem moderação, passam a ter uma atenção especial em relação ao cuidado com o corpo. Nesse sentido, em nome do “equilíbrio corporal”, a busca por uma vida mais saudável, baseada sobretudo em estudos cuja normatividade biológica é imposta sobre a gestão da vida, a pluralidade subjetiva parece ser desconsiderada.

Assim, a partir do entendimento de dispositivos de poder para o controle e regulação social em nome da segurança, no qual estes regulam os acontecimentos a partir de sua interpretação numa média, que determinará os limites do aceitável e que não deverá ser ultrapassada, podemos interpretar o controle da ingestão do açúcar no cotidiano alimentar. Nesse sentido, a técnica de controle sobre a inserção do açúcar no contexto escolar mostra a articulação tanto com as técnicas disciplinares, no qual há uma gestão específica que orienta a elaboração e supervisão deste cardápio alimentar nos Cmeis, quanto com os mecanismos jurídico-legais que legitimam e fundamentam as práticas para este controle.

No que se refere a discussão sobre a adesão da alimentação sem açúcar como um hábito alimentar, sabemos que em uma sociedade de risco é disponibilizada uma infinidade de produtos e serviços para o mercado “saudável”, contudo, apesar de haver uma diversidade de produtos e serviços voltados para o mercado “saudável”, nem todas as pessoas possuem acesso “econômico” para usufruir dessas opções. Produtos alimentícios, como os orgânicos, lights, diets e integrais, compõem os repertórios dos alimentos com valores “calóricos” menores, o que agrega uma valorização econômica desses produtos no mercado voltado para alimentos saudáveis, dificultando a adesão de hábitos saudáveis, principalmente, para a parcela mais vulnerável da sociedade.

Paralela ao levantamento da discussão da ingestão do açúcar no cotidiano dos Cmeis, também foi possível encontrarmos um debate mais ampliado sobre a adesão de uma alimentação saudável. Apesar da ciência dos sujeitos em relação a importância para adesão de um estilo de vida saudável, tanto para si quanto para as crianças, percebemos que, ao refletirem sobre o cardápio alimentar dessas crianças nas instituições escolares e o contexto em que as crianças estão submetidas, esse discurso hegemônico de alimentação saudável é colocado em questionamento.

Sobre a importância da adesão de hábitos alimentares e a emergência dessa mudança alimentar saudável cotidiano do Cmei, foi possível encontrarmos no relato a seguir, elementos que evidenciam essa relação paradoxal:

Especificamente no nosso CMEI, eu acho essa quantidade, a diversidade, eu acho bacana. A criança tem acesso. Agora eles começaram, foi desse ano para cá, uma alimentação mais saudável, que eu acho importante também a criança ter contato, mas infelizmente não faz parte da cultura do entorno. Então eu fico meio chateado que eu vejo eles comendo menos, mas eu sei que é importante para eles, mas eu acho que poderia ter um meio termo, porque foi uma troca muito abrupta. Um dia estava uma alimentação que todo mundo comia e no outro dia já se mudou tudo. Então eu acho que foi muito abrupta. Tinha que ser uma coisa mais um dia na semana, dois dias na semana, porque infelizmente no contexto que o CMEI está situado ainda tem algumas crianças que vão para o CMEI para comer. Então eu acho que também teria que se pensar nisso. Eu acho que às vezes é mais importante que a criança coma do que às vezes você pensar ali na qualidade (Rosa, Cmei amarelo, Entrevista).

Podemos perceber que o cardápio sofre elogios em relação a variedade de alimentos e a intencionalidade de oferecer alimentos diversificados para as crianças. Essa afirmação é reconhecida no cotidiano dos Cmeis e fortalecida em nossas conversas direcionadas. A forma do preparo com alimentos “temperados”, feito com “carinho” pelas auxiliares de cozinha, também evidenciam a qualificação desse cardápio oferecido para as unidades escolares. Contudo, em nome

da média ideal de alimentação para estas crianças e a escolha de alimentos considerados mais saudáveis, muitas crianças não se enquadram nessa “balança” do viver bem. Sobre a quantidade dos alimentos a serem oferecidos, podemos ver algumas manifestações que consideram importantes a revisão da quantidade alimentar em virtude da realidade social destas crianças:

Eu acho que deveriam deixar a criança repetir mais, porque se ela está querendo repetir é porque ela está sentindo fome. Eu acho que ela ainda não está satisfeita. Ah, mas falam que comem com o olho. Eu não acredito, porque tem crianças que não comem, não se alimentam. Entendeu? [...] (Preto, Cmei Azul, Entrevista).

Na narrativa a seguir, podemos entender algumas estratégias realizadas pelo poder municipal para a organização alimentar. No relato, evidencia a justificativa da prefeitura em ajustar o cardápio a partir de uma quantidade limitada, mas que a instituição escolar acaba por não aceitar tais medidas, por compreender a realidade dessas crianças:

Essa janta a gente tem aí um embate muito grande com a quantidade, a quantitativa de alimentação que é ofertada, é uma briga, mas eu explico que a alimentação escolar, ela corresponde a 30% da alimentação total do dia, e que então a gente não pode exagerar muito naquilo que é ofertado, porque senão a criança tende a obesidade, como a gente está em bairro de periferia, a gente acaba questionando isso, que alguns a gente sabe que só se alimenta na escola, então essa é uma briga política, social, vai por uma amplitude bem maior, mas é organizado sim, hoje a Prefeitura da Serra criou, e que era uma coisa que a gente... no ano passado, a gente dá alimentação nas férias, a gente viu que não dava certo, houve muita reclamação da Prefeitura, esse ano ele vem com uma nova voltagem, ofertou o cartão de alimentação para as crianças, com o convênio de várias instituições de alimento, e de forma que a família vai adquirir esse alimento nas férias, em casa, para o que está em casa (Urucum, Cmei Azul, Entrevista).

Podemos perceber que o excesso alimentar é uma preocupação que norteia as ações no que diz respeito a organização do cardápio alimentar, tendo como base o conhecimento científico, no qual se baseia na quantidade ideal com o objetivo de afastar “futuros” comportamentos de riscos. O corpo saudável na sociedade de risco é um corpo comedido, no qual o excesso representa riscos à saúde. Ao considerar tal panorama, ao indivíduo cabe a responsabilidade pelo cuidado com o corpo, uma vez que o excesso de suas ações seria resultado de sua falta de controle e a emergência de possíveis agravos à saúde, produto desse comportamento (Vasconcelos et al., 2004).

Dessa forma, percebemos que a ação de comer sofre interferência à medida que as vontades das crianças passam a ser comedidas por escolhas racionais direcionadas pelos especialistas que elaboram e supervisionam o cardápio alimentar. Assim, ao considerar a restrição alimentar como um elemento importante para a adesão de um estilo de vida saudável, o foco da ação está vinculado “ao combate a agravos de saúde”, e não ao sujeito que acessa esses alimentos, no caso, as crianças.

Sobre entendimento da alimentação como uma estratégia importante na adesão de um estilo de vida saudável, o sociólogo francês Jean-Pierre Poulain (2013) gravita sobre a historicidade das práticas alimentares ao longo do tempo buscando a interpretação dos alimentos como um constructo social. Nesse sentido, os alimentos são caracterizados no espaço social com valores para o seu consumo. Isto é, determinados alimentos ganham mais valores sociais que outros dependendo do contexto social que estes alimentos estão imersos.

Ao nos reportarmos sobre o contexto social que estamos nos referindo, em se tratando em uma sociedade de risco, alguns alimentos carregam valores positivos em detrimentos de outros. Nesse sentido, há classificação de alimentos saudáveis ou não saudáveis, quantidades corretas de ingestão alimentar em cada refeição e contagem de calorias ideais a serem consumidas, se tornam elementos importante na hora da escolha desses alimentos.

Para Poulain (2013), a alimentação tem uma função estruturante da organização social de um grupo humano e entender o seu significado social, enquanto prática associada a diversas representações, nos permite compreender como os diversos discursos sociais estampam no mundo e nas relações com os sujeitos, suas vontades, crenças e valores.

Arrolado a essa discussão da alimentação como organização social, foi possível encontrar, em nossas análises, discursos que endossam o questionamento em relação ao que deve o que não deve comer, e não somente a quantidade alimentar ideal. A “balança” do controle alimentar ganhou destaque no cotidiano das ações e escolhas alimentares dentro dos Cmeis. Foi notório as considerações realizadas sobre a mudança do cardápio, que nos últimos anos, foi direcionada por escolhas de alimentos saudáveis. Apesar do esforço e a intencionalidade em elaborar refeições mais saudáveis serem fatores reconhecidos pelos participantes, a organização alimentar se chocou com o contexto social em que as crianças dos Cmeis estão imersas contribuindo para a não aceitação de alguns alimentos.

No cardápio, eu vejo que precisava melhorar. Porque as crianças gostam mais daquilo do básico, que eles comem em casa. Que é o arroz, o feijão, uma salada de tomate, alface e... de uma sopa, eles aceitam bem. Quando é uma coisa diferente? Já tem uma aceitação diferente. Tem que oferecer o menino, né? Mas poderia ser feito menos. Diminuir, botar mais coisas [que eles estão acostumados a comer]. Semana passada teve grão-de-bico. Ninguém comeu a salada porque tinha o grão-de-bico. Eram as verduras cozidas com grão-de-bico. Porque é uma coisa que eles não são acostumados. Não é da rotina deles (Verde, Cmei Azul, Entrevista).

Apesar do esforço em apresentar variedades no cardápio, muitos alimentos ali presentes não fazem parte do acervo de alimentos que muitas crianças possuem, o que contribui, de acordo com os relatos, a não aceitação desse cardápio diversificado. Percebemos isso até com cardápios considerados mais simples ou próximos do cotidiano delas, como quando oferecem bolos, por exemplo. A sensação de que temos, acompanhando esse momento com as crianças, é de que foram “enganadas”. Podemos perceber isso também no registro a seguir, no qual uma criança me questiona: “Tia, esse pão de queijo é normal?” (Diário de campo, 2023).

Esse diagnóstico é reforçado aos tentarmos compreender a realidade das crianças em casa, como nas narrativas a seguir, em que os representantes familiares fazem alusão ao acervo alimentar das crianças em casa:

O feijão e o arroz. [Por que você acha que eles têm essa preferência de alimentos?] Porque eu acho que em casa é o que mais acham. Feijão e arroz. É um prato brasileiro. E que todo mundo pode. Comprar. E era um medo. Eu não vou mentir. Na pandemia eu tinha medo desse acesso ao feijão e arroz acabar. Não na minha mesa. Mas na mesa de muitas pessoas que eu conheço. E graças a Deus não acabou. (Amarelo-Alaranjado, Representante familiar, Entrevista).

Cientes do contexto social em que as crianças vivem, alguns participantes, tentaram criar estratégias para buscar alternativas para relativizar a “imposição” de um cardápio alimentar saudável:

Eu acho que esse cardápio, eu lembro mais ou menos como era o cardápio logo que eu entrei e agora. Na minha opinião, tem algumas coisas desnecessárias nesse cardápio, entendeu? Por quê? Por exemplo, vou dar um exemplo. Esses dias eu estava vendo que na salada tinha lentilha. Legal e tal, assim, mas eu acho que às vezes a criança ela está com alguma fome, ela está com alguma coisa e tal assim. Eu acho que tem que ser inserido coisas saudáveis, porém, coisas que sejam de um gosto da maioria. Não muito diferenciado, não muito, por exemplo, uma batata, uma cenoura, coisas normais, assim, sabe? Nem eu sou muito de comer lentilha [...]. Então, não

é uma coisa, um hábito da maioria. Muitas crianças nem sabem, nunca viram isso. Entendeu? Então, acho que isso tem que ser trabalhado (Cobre, Cmei azul, Entrevista).

De acordo com as narrativas apresentadas, relativizar o cardápio seria uma forma de amenizar a rejeição das crianças, aproximando os alimentos que as crianças mais gostam com a intenção da PMS em torná-los mais saudáveis. A postura mais “rígida” frente a elaboração de um cardápio único para toda rede de ensino, bem como, a oferta para as crianças do prato de forma completa (com arroz, feijão, carne, salada e verduras, por exemplo), sem a escolha das crianças em relação ao que comer, contribuiu para o descontentamento de alguns professores no momento de alimentação, como na situação a seguir:

Eu acho um absurdo forçar a criança comer o prato inteiro. Nem toda criança gosta de tudo. A maioria só come e gosta de arroz e feijão. Aí vão lá e joga em cima do arroz e feijão, salada... verduras. E ela tem que comer e pronto? Eu acho uma afronta! Imagina você gostar de pizza e jogar um quiabo no meio da pizza? Acho uma falta de respeito com as escolhas das crianças. Fico nervosa com essas coisas! (Azul-Esverdeado, Diário de campo 2023).

Essa narrativa, expressa alguns dos relatos encontrados em que questiona a criança como sujeito de direito no contexto escolar:

[...] Estão colocando as saladas no prato. Às vezes a criança não quer porque é salada. E a criança gosta muito de feijão com arroz. Quando é a comida seca, eles não querem. Então, se a criança é sujeito de direito... Se nós sabemos que a criança é sujeito de direito, a gente tem que perceber, entender, perceber o outro. Perceber o que eles gostam, o que eles querem. Entendeu? Se eles gostam mais de arroz e feijão, pra que fazer uma coisa seca? Uma farofa, por exemplo. Não é que não possa ter a farofa. Poderia até ter a farofa, mas tem o arroz e o feijão. Porque se você é aquele aluninho que não quer o... Aquela criança que não quer a farofa, tome. Porque ninguém gosta de... Ninguém é obrigado a comer o que não gosta. Você não vai querer comer uma pizza de atum, por exemplo, se você não gosta de atum. Eu não como frango. Pode ter a pizza, que eu amo pizza, mas pode ser a pizza que for. Se tiver frango, eu não vou comer. Então, é assim com as crianças. Eles sendo sujeitos de direito, eles têm que ser ouvidos também. A gente teria que fazer até uma pesquisa. De quem você gosta de comer? Fala pra mim. Tem que ter alguma coisa relacionada a isso, pra poder, em cima disso, fazer um... Um cardápio (Azul-Esverdeado, Cmei Amarelo, Entrevista).

De acordo com as manifestações apontadas, essa postura relacionada a “não escuta” das crianças, no que se refere aos gostos alimentares, reflete uma postura “adultocêntrica”, em não enxergar a criança, como sujeito potente de fazer as próprias escolhas. São relações de poder estabelecidas entre pessoas adultas e não-adultas que marcam as principais ações referentes as condutas exercidas no contexto escolar. Essa visão impede que a criança seja vista como um ser com direito a reconhecimento próprio, pois ela não é compreendida como um ser “no presente”, mas um ser em constante “devir”.

As nossas fontes também evidenciam que essa relação de poder, marcada entre adulto e não-adulto, também dialoga com a hierarquização do saber, no qual os especialistas, marcados pelo conhecimento científico (nutricionistas, professores), se tornam os conselheiros que sabem o que é melhor para as crianças. É o olhar de fora, a hierarquização das relações do saber, sob o prisma do pensamento oficial, que parecem dar o tom das condutas educativas relacionadas a alimentação no contexto da Educação Infantil.

Diante isso, podemos afirmar que as relações de poder que perpassam pelo âmbito das condutas educacionais na Educação Infantil produzem normas em seus educandos que são forjadas na tentativa de cunhar comportamentos mais saudáveis, desconsiderando muitas vezes, as

subjetividades produzidas pelas crianças e até mesmos, pelos dos próprios docentes que estão imersos no cotidiano escolar e que também, constroem interpretações sobre o mundo da vida. Assim, as condutas educacionais, sobretudo alimentares, se apresentam, dentro das relações de poder, como um processo normativo, sem diálogo com os sujeitos que vivenciam o cotidiano. Tais medidas são encobertas pelas justificativas das necessidades biológicas do viver bem, ou pela compreensão da criança como um ser imperfeito e inacabado. Nesse sentido, compreendemos a necessidade do avanço do entendimento sobre a criança, enquanto ser de reconhecimento social, bem como, sobre a realidade de cada comunidade, legitimando as suas particularidades e saberes produzidos por diferentes sujeitos, dentro destes cenários.

Em nossa incursão interpretativa foi possível perceber que as práticas alimentares aparecem como condutas que privilegiam uma rotina alimentar rígida e saudável, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva, no qual não parecem reconhecer a singularidade e individualidade de cada criança. Tal cenário apresentado, acaba por chocar com as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, referente ao segmento Educação Infantil, em que reconhece a criança como sujeito de direito (Brasil, 2013).

Se por um lado, o esforço do município em atender a comunidade escolar com a presença de uma equipe especializada e estruturada com nutricionistas, merendeiras e equipe de gestão de alimentos com a oferta de alimentos e preparos considerados saudáveis, demonstra a preocupação, enquanto órgão público municipal, em cumprir com as demandas federais no que se refere a exigência das leis; por outro, essa mesma exigência e normativa para que todos possam ter acesso garantido a esses direitos, confronta com as particularidades e singularidades locais, negligenciando as preferências e os desejos comunitários. Dito isso, evidenciamos o questionamento: até que ponto é considerável saudável, hábitos alimentares considerados “ideais”, para um contexto de vulnerabilidade? Nesse sentido, evidencia-se a fragilidade do trato da diferença cultural, no contexto investigativo, mostrando a necessidade da articulação das prescrições com o vivido, compreendendo a escola como espaço social, cuja dinâmica perpassa pelo reconhecimento das particularidades locais.

CONCLUSÃO

Em nossas análises foi possível compreender que as instituições escolares a partir da modernidade, configuram-se como dispositivos de biopolítica, em que o controle sobre a vida, principalmente sobre a criança, se torna uma das estratégias para a regulação de hábitos e comportamentos desejáveis. Contudo, gostaríamos de destacar que, apesar desse cenário de regulação social, no caso as escolas, serem referências no trato com o cuidado com o corpo no que diz respeito a normas e prescrições a serem seguidos, em nossas análises, podemos observar que nem sempre estas normas e prescrições eram aceitas com consentimento. Podemos perceber, pelos relatos dos sujeitos participantes, a presença de objeções quanto há essa adesão, principalmente, no que se refere a adesão de um estilo de vida saudável. Essa mesma objeção, foi percebida também pelas crianças, com a recusa do consumo de alguns alimentos.

De acordo com Gallo (2017), é nessa rede de poderes que somos forjados enquanto sujeitos. Nesse sentido, não se trata de libertar o indivíduo do Estado e das instituições; é nela que somos constituídos, logo não podemos ser fora delas; mas, a partir dessas relações, podemos agir sobre nós mesmos, recusando aquilo que somos, ou acreditamos ser, e investindo em transformações de nossos panoramas subjetivos. Para o autor, se a biopolítica é o governo da vida, a resistência pode ser a afirmação da vida para além das relações de governo. Desse modo, gostaríamos de evidenciar que as práticas biopolíticas nem sempre produzem práticas de assujeitamento, nas quais os sujeitos que nela estão imersos, seguem com consentimento e prontidão. Mas também podemos encontrar nesses dispositivos regulatórios, práticas de resistência, onde busca a possibilidade de superação

de normas e padrões comportamentais indesejáveis, com o intento de transformar, e criar, outros cenários para essas relações de subjetividades.

Contribuições dos Autores: Varnier, T. R.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Gomes, I. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo. CAAE: 68037522.2.0000.5542.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. Ministério da Educação (2013). Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI.

Brasil. [Constituição (1988)] (2019). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal.

Cooper, C.L.F., & Sayd, J.D. (2006). Concepções de saúde nos parâmetros curriculares nacionais. In: Bagrichevsky, M., Palma, A., & Estevão, A. (Orgs.) *A saúde em debate na Educação Física*. Blumenau: Nova Letra.

Fernandes, F. S., & Domingues, J. R. (2017). Educação infantil no estado de São Paulo: condições de atendimento e perfil das crianças. *Educação e Pesquisa*, 43(1), 145-160.

Gallo, S. B. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência?. *Educar em Revista*, 66, 77-94.

Gastaldo, D. (2012). *Body Map Storytelling as Research: Methodological considerations for telling the stories of undocumented workers through body mapping*.

<http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping>.

Macedo, R. S. (2000). *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA.

Mendonça, M. H. M. (2002). O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. *Caderno de Saúde Pública*, 2(18), 1-27.

Minayo, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Moncao, M. A. G. (2017). Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação. *Educ. Pesqui.*, 43(1), 162-176.

Pessoto, U. C., Ribeiro, E. A. W., & Guimarães, R. B. (2015). O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. *Saúde e Sociedade*, 24(1), 9-22.

Poulain, J. (2013). *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Richter, A. C., & Vaz, A. F. (2010). Educar e cuidar do corpo: biopolítica no atendimento à pequena infância. *Educ. rev.*, 26(2), 117-134.

Seixas, C. M., & Birman, J. (2012). O peso do patológico: biopolítica e vida nua. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19(1), 13-26.

Vasconcelos, N. A., & Sudo, N.; Sudo, I. (2004). Um peso na alma: o corpo gordo na mídia. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(1), 65-93.

Vieira, J. S. Gonçalves, V. B., & Martins, M. F. D. (2016). Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas, Rio Grande do Sul. *Trabalho, Educação e Saúde*, 14(2), 559-574.

Recebido: 18 de maio de 2024 | **Aceito:** 22 de outubro de 2024 | **Publicado:** 27 de dezembro de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.